



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018.

Nº. 25/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

1. - ABERTURA:

Achando-se presente o número legal para se constituir em reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Sr. Presidente da Câmara, pelas 10,35 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º.- Apreciação e votação das propostas do Orçamento e Opções do Plano – 2019.

2º. - Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal – 2019.

3º. - Apreciação e votação das propostas dos acordos de cooperação a celebrar com as Juntas de Freguesia.

1º.- Apreciação e votação das propostas do Orçamento e Opções do Plano – 2019.

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara as propostas do Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2019, fazendo a sua apresentação em termos gerais:

"As Opções do Plano e o Orçamento de 2019 são, objetivamente, um documento pragmático que faz um significativo esforço para estar adequado à realidade atual da Câmara Municipal de Castro Verde (CMCV).

Essa realidade, consequência de muitos anos de gestão, assenta num quadro em que, basicamente, a despesa corrente (pessoal, Águas do Alentejo, Resialentejo, serviço da dívida, EDP, Petrogal, etc), tem um peso de tal modo relevante que condiciona verdadeiramente o equilíbrio orçamental.

Basicamente, a receita tende a ser insuficiente... como está bem comprovado nos últimos anos de gestão municipal em que a CMCV, devido às opções tomadas e a um errado modelo de administração, teve resultados negativos consecutivos.

É neste contexto que trabalhámos no Orçamento de 2019, sem ignorar o facto de a receita extraordinária da Derrama estar "hipotecada" e de como é complicado não poder contar com esse proveito – **em 2019 teremos ainda de "devolver" cerca de 641.000 euros por determinação da Autoridade Tributária.**

Esta situação tem evidentes implicações orçamentais e é muito limitadora da administração municipal, apesar do repetido esforço deste executivo para corrigir o problema – coisa que não se faz num único ano!

Perante este cenário, destacamos alguns aspetos que consideramos relevantes:

Na receita:

- Devemos valorizar o reforço de € 456.071 das transferências do Orçamento de Estado em relação ao 2018. No total a CMCV receberá no próximo ano € 6.338.086;
- Contamos com uma importante participação de fundos comunitários, seja para as diferentes intervenções do PEDU seja para a construção da ZAE (que estando em fase de análise temos confiança que será aprovada);
- Muito importante será, naturalmente, a utilização do empréstimo contraído na CCAM, no valor de € 1.175.000, na requalificação da EM 508 (Castro Verde/Santa Bárbara) e do CM 1139 (Santa Bárbara/Limite do concelho) e na requalificação da Rede de Águas de Castro Verde;
- O valor global previsto da receita será de € 12.750.000.

Na despesa:

- Vamos manter o conjunto de apoios regulares definidos em **Protocolos** com as IPSS, associações, clubes do concelho num valor superior a **€ 590.120**;
- Continuarão a ser assegurados os **Protocolos com as Juntas de Freguesia** com Transferências regulares num total de **€ 373.200** e, muito importante, assumimos a concretização de **novos Acordos para apoio ao investimento das Juntas de Freguesia** num total de 80.000,00 (**20.000 para cada Freguesia**), embora com o compromisso previamente acordado de essas transferências serem executadas apenas a partir de 01 de julho de 2019;
- Ainda nas freguesias, pretende-se avançar com passos concretos na elaboração dos projetos da Casa Mortuária de Entradas, Jardim de Santa Bárbara e sede da Junta e Pólo da Biblioteca de S. Marcos da Atabueira;
- No âmbito do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), a Câmara tem estipulados para 2019 cerca de 4,6 milhões de investimentos (despesas de capital). Nesse contexto, destacamos a criação da **Zona de Atividades Económicas (cerca de 1,7 milhões de euros)**, que aguarda aprovação do financiamento comunitário; a **requalificação da EM 508 (Castro Verde/Santa Bárbara) e do CM 1139 (Santa Bárbara/Limite do concelho)**, num investimento superior a **€ 1.372.000**; e as intervenções de requalificação da **Rede de Águas (€ 265.000)**, que serão conciliadas com as obras do PEDU.
- Sublinhamos, ainda, as obras de requalificação da **Escola Secundária de Castro Verde**. Um projeto que implica **€ 1.170.000** de investimento e será financiada em 85% (994.500 euros) por fundos comunitários, sendo os restantes 15% (175.500 euros) assegurados em partes iguais pelo Ministério da Educação (7,5%) e Câmara Municipal (7,5%). **A CMCV assumirá uma relevante participação de € 87.500.**
- A criação do **Museu da Feira de Castro** será outros dos grandes desafios de 2019. Sendo um projeto novo, pretende-se sejam cumpridas várias etapas (projetos, concursos, etc) e,

portanto, a CMCV procurará assegurar financiamento comunitário para que a obra seja concretizada neste mandato com um investimento de € 300.000.

- No âmbito do **PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano**, importa sublinhar a construção do Centro de Viola Campaniça, que já está em curso, e dos projetos de requalificação da Rua Morais Sarmento, da Rua Afonso I e Jardim do Padrão, e do eixo Largo Vitor Prazeres e Rua António Francisco Colaço. No total, estes projetos representarão um investimento a rondar cerca de € 1.800.000.
- Considerando as intervenções elencadas no Orçamento e, nomeadamente, nas AMR ou no PPI, considerou-se que o valor global previsto da despesa será de € 12.750.000.

Finalmente, queremos destacar que a elaboração do documento contou com os contributos da população do concelho nas sessões públicas promovidas em todas as freguesias e em Casével. Ao mesmo tempo, por solicitação da Câmara Municipal, acolhemos propostas escritas dos Srs. Vereadores da CDU e da Concelhia de Castro Verde do Bloco de Esquerda.

Aberta a discussão dos documentos em apreciação, o Sr. Vereador Francisco Duarte fez os seguintes comentários sobre os mesmos, que a seguir se transcrevem na íntegra, e que, segundo afirmado pelo mesmo, justificam o sentido de voto dos eleitos da CDU na respetiva votação:

"1 - Sobre a apresentação e objetivos estratégicos dos documentos previsionais "2019 – Um Ano de Grandes Desafios" o único comentário que se me oferece fazer é que o documento mais parece um balanço do que foi feito (ou não feito) em 2018 do que propriamente a introdução às Opções do Plano e Orçamento para 2019.

Em 2018 fizeram:

- A revisão do organigrama dos serviços municipais; é verdade, mas esquecem-se de dizer que o modelo agora adotado reproduz quase integralmente o aprovado pela CM e AM em 2010, que "caiu" e que teve que ser alterado por força das medidas restritivas e atentatórias da autonomia do Poder Local impostas pela TROYKA e governos PSD/CDS.
- Passos muito relevantes no processo da regeneração urbana de Castro Verde; é verdade, mas esquecem-se de dizer que estão a dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo anterior executivo, inclusive na pré seleção do projetista que agora contrataram.
- Implementaram um novo modelo de ATL's; é verdade, mas o balanço, se já o fizeram, ainda não foi divulgado.
- Criaram novas dinâmicas do Gabinete de Ação Social, nomeadamente a sua presença regular em todas as freguesias; para além do decorrente do reforço de recursos humanos (em nosso entender excessivo e desnecessário) não vislumbramos nada de novo: nem iniciativas, nem dinâmicas.
- O acordo para a instalação da rede de fibra óptica na vila de Castro Verde; qual acordo?
- A implementação do "Piquete Verde"; uma varredoura (comprada a preço do ouro, refira-se, umas fardas novas e pouco mais ... Resultados práticos e visíveis muito poucos.
- O início das obras de construção do Centro de Viola Campaniça; é verdade, mas com tudo pronto para arrancar (projetos, concursos, contrato de empreitada).

E tudo isto "num clima de dificuldades financeiras, herdado do anterior mandato" ... "a par da inexistência de financiamento para concretizar as obras da EM 508 e do CM 1139, que geraram um imenso consumo de esforço ao Executivo Municipal"

Temos pena, muita pena, mas não é por uma mentira ser repetida muitas vezes que ela se torna verdade!

As dificuldades que o PS sente na Câmara Municipal (fundamentalmente devido à sucessiva diminuição das receitas – e que não tem exclusivamente a ver com a derrama) é uma situação que a CDU também tinha enfrentado nos últimos anos de governação.

Para memória, convém recordar que as receitas da Câmara Municipal de Castro Verde de Janeiro a Setembro 2018 são sensivelmente iguais às recebidas em 2017, no mesmo período, pelo anterior executivo.

É mentira dizer que “A Câmara Municipal não tem dinheiro” ou que “A herança da CDU põe em causa a estabilidade financeira da Câmara”. Se não têm dinheiro trata-se de um problema de opções políticas sem critério ou, pior ainda, de manifesta incapacidade de gestão. Para quem nos chamava de incompetentes ...

Mas continuando ...

Em 2019 propõem-se fazer:

- O arranque das obras da EM 508 e do CM 1139, mas continuam sem ter concluído o processo das expropriações (problema que “inventaram” sobretudo por “inexperiência” ou incompetência pura) nem garantido o financiamento necessário.

As obras poderiam ter arrancado em Outubro de 2017 e assim não se teria chegado à situação caricata de “não tendo dinheiro”, desperdiçar a utilização do saldo do empréstimo que a Câmara tinha contratado: 700.000 €.

- O arranque das obras da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde se a candidatura a co-financiamento comunitário que o atual executivo apresentou for aprovada.

Os projetos já estavam concluídos em Setembro de 2017 e a candidatura só poderia ocorrer depois da publicação do Aviso de Abertura de Candidaturas que só aconteceu em Março/Abril 2018

- O efetivo arranque das obras de requalificação da Escola Secundária.

A ver vamos como é que as coisas correm quando verificamos que se “esqueceram” de inscrever as respetivas verbas nas GOP's e Orçamento para 2019.

- Serão lançados concursos para a realização das obras do PEDU, conciliando esta ação com uma intervenção concreta de requalificação na rede de água de Castro Verde, a que se associará a concretização da empreitada para “redução de perdas e seccionamento da rede”.

Esta empreitada, após concurso público, estava contratada e poderia ter tido início em Outubro de 2017. Também poderia ter concorrido para a utilização do saldo do empréstimo que o atual executivo desperdiçou!

A talhe de foice não posso deixar de fazer uma referência ao “milagre” que aconteceu na vila de Castro Verde: de um dia para o outro, após a eleição do PS para a Câmara Municipal, as roturas na rede de água, deixaram de ocorrer (ou então muito raramente). Antes, como certamente se recordam, e o PS na altura não se poupava, dizia-se que as roturas eram quase diárias, a rede estava em colapso, etc. etc. etc. A rede é a mesma, o atual executivo não fez nenhuma intervenção, o encarregado e o pessoal operacional do sector é o mesmo, portanto só pode ser mesmo um MILAGRE. (ou NÃO?)

- Fazem ainda uma referência despropositada (ou talvez não, pela confusão que pode gerar na cabeça de muitos) às obras “em alta” da responsabilidade da AgdA “permitindo que sejamos abastecidos pela albufeira do Monte da Rocha”. De onde vem a água que bebemos todos os dias em Castro Verde, Casével, ...?

- Por fim a concretização de uma parceria com a Paróquia de Castro Verde para uma 1ª fase de requalificação da Basilica Real (???) e "dar passos para definir e concretizar a criação do Museu da Feira de Castro".

É realmente muito pouco sobretudo quando comparamos com os slogans e as grandes bandeiras da campanha do PS nas eleições autárquicas de 2017.

O futuro está a revelar-se muito curto!

2 - Sobre os Acordos de Execução, Contratos Inter-administrativos e Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia entendemos tecer os seguintes comentários:

No concelho de Castro Verde, a Câmara Municipal, reconhecendo a escassez de receitas das suas Juntas de Freguesia e simultaneamente a importância do seu papel na resolução dos problemas dos seus fregueses promoveu, muito antes da Lei o consagrar, uma política de descentralização de competências entre ela (Câmara) e as Juntas de Freguesia incluindo a correspondente contrapartida financeira.

2.1 – Sobre os Acordos de Execução e os Contratos Inter-administrativos

Consideramos inaceitável a proposta de os manter com valores financeiros idênticos aos de 2017.

O deputado do Distrito de Beja, eleito pelo PS, anunciou em grandes parangonas que, no distrito de Beja, a participação dos Municípios nos Impostos do Estado iria aumentar em mais de 7 milhões de euros

Assim consideramos que os montantes a transferir no âmbito destes "protocolos" deveriam ter tido um reforço mínimo de 10%.

2.2 – Sobre os Acordos de Cooperação

No preâmbulo dos documentos previsionais para 2019, o senhor presidente escreve "... num ato de compromisso e boa colaboração, assumimos com as Juntas de Freguesia um novo patamar para apoio ao investimento, com a disponibilização de 20.000 € a cada uma delas, para concretizarem as obras que livremente entendam definir, assumindo a CMCV o pagamento da respetiva comparticipação somente no segundo semestre de 2019"

As Juntas de Freguesia de maioria CDU não pedem nem estão à espera de "esmolas".

Exigem o reconhecimento do papel importante que desenvolvem para a satisfação das legítimas aspirações das suas populações e apresentaram propostas concretas de investimento cujos valores se situavam entre os 36.000 e os 50.000 €.

Nós entendemos que deverá ser dada uma resposta positiva a estas propostas, com base na filosofia dos acordos existentes (comparticipação municipal à taxa de 80% sobre o valor do investimento efetivamente realizado pela Junta de Freguesia, mediante apresentação dos respetivos documentos de despesa).

3 – Sobre as obras que “passaram” dos orçamentos das Juntas de Freguesia para o Orçamento Municipal

Reparamos que na proposta para 2019 continuam inscritas obras (investimentos) que inicialmente eram da competência e responsabilidade das Juntas de Freguesia, a saber:

- Loteamento em Casével
- Casa Mortuária de Entradas
- Arranjos Exteriores EB1 da Sete
- Jardim Público de Santa Bárbara de Padrões
- Museu da Ruralidade - Núcleo do Corvo (Mineração)
- Pólo Biblioteca Municipal em S. Marcos da Ataboeira

Estas obras já constavam do Orçamento inicial para 2018 e constituíram grande base da argumentação para justificar a “suspensão” dos designados Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia. No entanto nada foi feito, nem sequer iniciado.

Na prática, e a fazer fé na proposta apresentada, confirma-se que o ano de realização de grande parte dos investimentos ocorrerá em 2020, sendo que em 2019 se executará o Jardim Público da Sta. Bárbara e só em 2021 o Pólo da Biblioteca Municipal em S. Marcos da Ataboeira!

4 - Sobre os Protocolos com o Movimento Associativo

Nos documentos previsionais para 2019 as verbas inscritas são idênticas às de 2018, após o “corte” promovido nesse ano unilateralmente pelo executivo municipal, contrariando os documentos aprovados pela Câmara e Assembleia Municipal.

5 - Sobre a proposta do Orçamento Municipal gostaríamos de tecer alguns comentários e levantar outras tantas dúvidas. Uma análise exaustiva será feita por ocasião destes documentos em sede de Assembleia Municipal.

5.2 - Sobre a RECEITA:

a) Cumprimento das regras para cálculo dos valores a inscrever como RECEITA?

Genericamente, não nos parece que esteja a ser respeitada a regra de que todos as previsões de valores a receber relativos aos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas, Imposto Único de Circulação e Derrama) deveriam ter por limite máximo a média dos valores recebidos nos últimos 24 meses anteriores à data de elaboração do Orçamento.

Impostos Diretos	Média 2016/2017 (*)	Proposta de Orçamento 2019
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	519 824,42 €	650 000,00 €
IMT - Imposto Municipal sobre Transações Onerosas	162 936,51 €	250 000,00 €
IUC - Imposto Único de Circulação	197 729,62 €	170 000,00 €
Derrama	49.248,53 €	460 000,00 €

(*) - As médias foram calculadas sobre os valores dos exercícios de 2016 e 2017, porque não temos dados que permitam os cálculos sobre os últimos 24 meses, antes da data de elaboração do orçamento (Setembro 2016 a Setembro 2018)

Por outro lado, a inscrição da receita de 460.000 € proveniente da derrama também nos levanta muitas reservas, sobretudo tendo em conta que no capítulo da despesa não vislumbramos nada que contrabalance (devolução à AT) esta receita virtual. Esta situação já se verificou no orçamento para 2018.

b) Participação comunitária em projetos cofinanciados

Mais uma vez a proposta não vem acompanhada da listagem das candidaturas aprovadas (ou em vias disso) que concorrem para o montante inscrito (1.925.000 €).

No entanto, tendo em conta o nosso conhecimento das candidaturas aprovadas parece muito desajustada a repartição proposta entre transferências correntes (rubrica 06.03.06.02) - 25.000 € e transferências de capital (rubrica 10.03.07) - 1.900.000 €.

c) Valores propostos relativos à venda de bens e serviços correntes (classificação económica 07)

Constata-se uma revisão dos valores previsionais em baixa, certamente decorrente da "opção política" de não aumentar os tarifários relativamente a estes serviços:

RECEITA CORRENTE	Orçamento Inicial 2017	Proposta de Orçamento 2018	Proposta de Orçamento 2019
Água	420 000,00	455 000,00	350 000,00
Saneamento	200 000,00	220 000,00	200 000,00
Resíduos Sólidos	150 000,00	170 000,00	140 000,00

Sem deixar de ter em conta a capacidade económica dos agregados familiares, discordamos frontalmente desta opção, considerando-a um erro de gestão crasso, sobretudo para quem está sempre a queixar-se de falta de dinheiro. Esta opção é o melhor exemplo para contrariar as orientações da Auditoria (que o executivo PS contratou) que nos acusa de não ter tomado medidas para mitigar a diminuição da receita (VER RELATÓRIO DA AUDITORIA)

d) Levantamos sérias reservas ao lançamento como receita (rubrica 12.06.02.13) do montante global do empréstimo (1.175.000 €) que ao que sabemos ainda nem sequer tem o "Visto" do Tribunal de Contas

Sabemos que os processos de "visto" são longos, mas já lá vão 6 meses desde a aprovação pela Assembleia Municipal em 26/04/2018.

E também sabemos que a CM aprovou na reunião de 11/10/2018 (com o voto contra dos eleitos da CDU) uma alteração ao objecto do empréstimo o que vai implicar recomeçar todo o processo

e) Concluindo, trata-se de um orçamento artificialmente "empolado" com a inscrição de cerca de 2 milhões de euros a mais na receita, o que demonstra, no mínimo, falta de memória e de coerência política, se nos recordarmos de todas as "críticas" que o PS fazia à CDU no passado, por alegado empolamento orçamental através da derrama.

5.2 - Sobre a DESPESA, apenas algumas notas breves:

- Constatamos um claro desajustamento dos montantes e da calendarização das verbas inscritas na proposta de Orçamento com as programações temporais das candidaturas a cofinanciamento comunitário aprovadas ou com perspectivas disso.
- Constatamos uma tendência de fazer deslizar os investimentos no tempo (na generalidade um ou dois anos) cuja justificação só encontramos na perspectiva de fazer coincidir a conclusão das obras e respetiva "inauguração" com a próximo período eleitoral (2021)!
- Constatamos o desaparecimento de muitas das propostas do programa eleitoral do PS ou a sua inscrição com dotações orçamentais mínimas no ano de 2019, o que lhe retira toda a credibilidade.
- Constatamos que as grandes obras de "2019 – Um Ano de Grandes Desafios" vão ser:

- **Requalificação da EM 508 e do CM 1139**

Como atrás referimos estas obras poderiam ter arrancado em Outubro de 2017 o que não aconteceu por mera "opção política".

A "questão das expropriações" foi um mero pretexto que "inventaram" (por "inexperiência", incompetência pura ou outras razões que desconhecemos) para protelar o início das obras e que agora tememos se tenha tornado efetivamente um problema de remota resolução.

A "falta" de financiamento garantido não passa de uma desculpa esfarrapada. Tinham a intenção de contrair um empréstimo onde caberia sem problemas a verba necessária. (situação aliás, que estava programada no enquadramento genérico das necessidades de recurso ao crédito que foi objeto de apreciação e aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal, em setembro de 2015).

Com o arranque das obras nunca se teria chegado à situação caricata de "não tendo dinheiro", desperdiçar a utilização do saldo do empréstimo que a Câmara tinha contratado: 700.000 €.

- **Remodelação da Rede de água de Castro Verde:**

Face à aleatoriedade dos números apresentados nas propostas de Orçamento de 2018 e 2019, parece-nos que persiste uma grande falta de conhecimento do que é preciso fazer e do que querem fazer.

Entretanto o tempo vai passando, as promessas continuam, e, de concreto, NADA!

- **Pavilhão Desportivo de Castro Verde – 280.000 €.**
- **Remodelação de instalações elétricas do Estádio Municipal "25 de Abril" – 65.000 €.**
- **Remodelação da Escola Secundária de Castro Verde – 47.750 €.**
- Por fim, constatamos a redução do montante global das Operações da Dívida Autárquica (vulgo amortizações e juros de empréstimos contraídos) o que demonstra cabalmente o que sempre temos afirmado em matéria de endividamento e da dívida municipal, contrariando a "propaganda" repetitiva do PS sobre esta matéria.

6 - CONCLUINDO:

O ano de 2018 foi um ano perdido! e para o demonstrar, em breve, divulgaremos o nosso balanço do 1º ano de mandato do PS à frente da Câmara Municipal de Castro Verde.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
- "Ful" (signature)
- "L" (initial)
- "Di" (initial)
- "Alf" (signature)
- "K" (signature)

O ano de 2019 será mais um, ano perdido! antevemos nós depois da leitura e análise dos documentos previsionais que estamos agora a apreciar.

Mas será pior do que isso! Estamos a assistir à destruição de muitas conquistas que, ao longo de mais de 40 anos a CDU de Castro Verde, com esforço, dedicação e empenho trouxe para as populações do Concelho no sentido de uma melhoria das suas condições de vida e à afirmação do nome de Castro Verde a nível regional senão mesmo nacional!

Para além de um conjunto de “erros técnicos” que detetamos, não consideramos que a proposta apresentada para as Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Castro Verde para o ano de 2019, contribua de alguma forma para o futuro do nosso concelho.

Assim O nosso sentido de voto relativamente a estes documentos será contra.

Apreciados os documentos previsionais para o ano de 2019, na generalidade e na especialista, foram os mesmos submetidos a votação, separadamente, tendo sido aprovados, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço,

A proposta do Orçamento aprovada apresenta os seguintes valores: Receitas correntes: 8.928,141 €; Receitas de Capital: 3.821.859 €; Total Geral das Receitas: 12.750.000 €; Despesas correntes: 8.069.895 €; Despesas de capital: 4.680.105 €; Total Geral das Despesas: 12.750.000 €.

Ficam anexas à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcritas as propostas dos documentos previsionais ora aprovadas.

2º. - Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal – 2019:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a proposta do Mapa de Pessoal para 2019, informando que não há qualquer alteração em relação ao vigente.

Não havendo qualquer intervenção, foi a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2019, submetida a votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço

Ficam anexas à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcrita a proposta do Mapa de Pessoal ora aprovada.

3º. - Apreciação e votação das propostas dos acordos de cooperação a celebrar com as Juntas de Freguesia.

Apreciou a Câmara as propostas dos acordos de cooperação a celebrar com as Juntas de Freguesias, apresentadas pelo Sr. Presidente, e submetidas a votação tendo as mesmas sido aprovadas por maioria com os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, que justificaram a sua posição conforme descrito no documento que apresentaram nos documentários sobre as Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano.

Ficam anexas à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcritas as propostas dos acordos de cooperação a celebrar com as Juntas de Freguesia.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

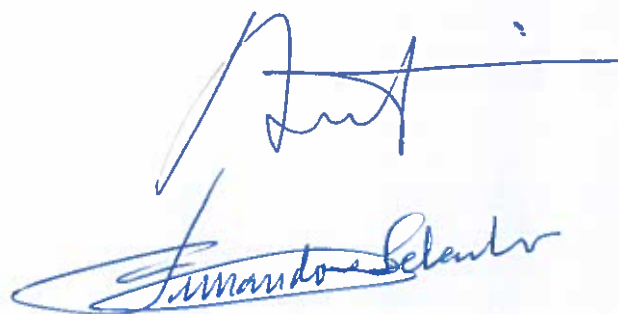
Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade pela Câmara, para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,45 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº.2 do artigo 57º.da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.



Alcides Ribeiro
Francisco Gomes



Fernando Sebastião